

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 08 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0039/2019

Conselheiro Relator: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **SBORCHIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS**

Recorrido: Vigilância Sanitária – SMS

Recurso de Voluntário: 0.100.576/2018-1-1 de 25/09/2018

Auto de Infração – Multa nº 352/2018 – SMF – Valor: R\$ 2.492,68

**EMENTA**

DECISÃO DE 2ª INSTANCIA ADMINISTRATIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. VIGILANCIA SANITARIA. AUSENCIA DE ALVARA SANITARIO E NÃO CONFORMIDADES COM LEGISLAÇÃO PERTINENTE. RISCO A SAUDE DE TERCEIROS. NOTIFICAÇÃO PREVIA E MULTA. DEVER DO PODER PUBLICO INTERVIR PREVINIR RISCOS A SAUDE PUBLICA NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 352/2018. MULTA A SER RECOLHIDA COM AS COMINAÇÕES LEGAIS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela subsistência do NAI nº 352/2018 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto ; 4. Elias Correia Pedrozo; 5 Reginaldo da Conceição Amorim e 6. Jaime Marcelino F. Junior

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 08 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente Turma

*Benedita Madaleno da Costa*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**  
**RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 12 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 040/2019

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa Castro Passare*

Recorrente: **CORPORALLE ESTÉTICA LTDA ME**

Recorrido: Vigilância Sanitária- SMS

Recurso Voluntário: 091940/2018-1 de 29/08/2018

Auto de Infração – Multa nº 296/2018 – SMS – Valor: R\$ 24.704,58

**EMENTA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO - INFRAÇÃO SANITÁRIA. DISPONIBILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS VENCIDOS E SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PROFISSIONAL HABILITADO, AUSÊNCIA DE ATENUANTES. CONFIGURAÇÃO DE 04(QUATRO) AGRAVANTES. INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA. CONSELHO DE RECURSO FISCAL – RECURSO NÃO PROVIDO. 1- A materialidade do auto de infração e apreensão está, devidamente, comprovada consoante Auto de Infração nº 296, Termo de Apreensão de nº 5592, 5594 e 5595 e Termo de Notificação nº 17984 e 17985, as quais atestam que a recorrente manteve na prateleira à disposição do consumidor, produtos e medicamentos que se encontravam vencidos, consoantes se inferem das fls. 44 a 48 dos autos administrativos. 2- A simples disponibilização de medicamentos com validade vencido é suficiente para que se configure a infração, bastando, portanto, que a fiscalização ateste a existência de tais produtos sem condições de serem repassados aos consumidores, estando, assim, evidenciada a situação de risco potencial a que estarão sujeitos os consumidores. 3- As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico deverão provar a existência de farmacêutico responsável durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento sob pena de afronta a norma contida no artigo 15, § 1º da Lei 5.991,73. 4- Não se configura atenuantes quanto o conjunto probatório demonstra que a recorrente era capaz de evitar a disponibilização de medicamentos e produtos sem prescrição médica, com data de validade vencida e sem acompanhamento de profissional habilitado. 5- A simples prescrição de medicamentos emitidos por profissional para realizar os procedimentos de descarte, elaborados posteriores a autuação, somente contribui para atestar que inexistia atendimento de profissional farmacêutico no estabelecimento. 6- A condenação deve ser mantida, porquanto, sobejadamente, amparada pelo acervo probatório. Recurso a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência da Auto Infração nº 296/2018, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 2. Marcelo Daubian Paes de Barros; 3.Roberto Carloni de Assis; 4. Samuel Barrem da Silva; 5.Silvana Maria R. Arruda Miranda. Vitor de Oliveira Tavares

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Paulo Emilio Magalhães

Cuiabá, 12 de Março de 2.019

*Vitor de Oliveira Tavares*  
Presidente Turma

*Dauto Barbosa Castro Passare*  
Conselheiro Relator

*Paulo Emilio Magalhães*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0041/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário: 0.057.755/2018-1-1 de 29/05/2018

Auto de Infração – Multa nº 70820 – SEMOB – Valor: R\$ 250,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO AO EGRÉGIO CONSELHO – PRECULSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO, MAS DESPROVIDO – MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70820.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70820 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto ; 4. Reginaldo da Conceição Amorim; 5. Jaime Marcelino F. Junior; e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 042/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário: 0.057.753/2018-1-1 de 29/05/2018

Auto de Infração – Multa nº 70960 - SEMOB - Valor: 50 UFIR

**EMENTA**

MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO AO EGREGIO CONSELHO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA – CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA – PRAZO IMPRÓPRIO – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – RECURSO ACATADO, MAS DESPROVIDO – MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70960.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70960 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 043/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário: 0.064.714/2018-1 de 18/06/2018

Auto de Infração – Multa nº 70138 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO AO EGREGIO CONSELHO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA – CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – DESCUMPRIMENTO A NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE Nº 109463 DE 27/04/18, MAS DESPROVIDO – MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70138.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70138 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 044/2019

Conselheiro Relator: ***Elías Correia Pedrozo***

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário: 0.064.711/2018-1 de 18/06/2018

Auto de Infração – Multa nº 70973 - SEMOB - Valor: 10 UPF

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO AO EGREGIO CONSELHO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA – CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – EMBARCAR OU DESEMBARCAR PASSAGEIRO FORA DO PONTO, MAS DESPROVIDO – MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70973.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70973 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de março de 2.019

***João Tito S Cademartori Neto***  
Presidente Turma

***Elías Correia Pedrozo***  
Conselheiro Relator

***Sônia Cristina de Oliveira Lelis***  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 045/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário: 0.064.717/2018-1 de 18/06/2018

Auto de Infração – Multa nº 70137 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVA MULTA TRANSPORTE COLETIVO DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO AO EGREGIO CONSELHO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA – CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – DESCUMPRIMENTO A NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE Nº 109466 DE 21/05/18, MAS DESPROVIDO – MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70137.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70137 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICACÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 13 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 046/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário: 0.064.707/2018-1-1 de 18/06/2018

Auto de Infração – Multa nº 70968 - SEMOB - Valor: 50 UFIR

**EMENTA**

MULTA TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI Nº 5.766/2013 – RECURSO AO EGREGIO CONSELHO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA – CONTRADITÓRIA E AMPLA DEFESA ASSEGURADA – PRAZO IMPRÓPRIO – PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES – RECURSO ACATADO, MAS DESPROVIDO – MANUTENÇÃO PELA 1ª INSTÂNCIA – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70968.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 70968 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. Marcos de Lima Roitman; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 13 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*

Presidente Turma

*Elías Correia Pedrozo*

Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 19 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0047/2019

Conselheiro Relator: *Nicolau Jorge Budib*

Recorrente: **VERDE TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMF

Recurso de Voluntário nº: 002820/2018 de 10/01/2018

Auto de Infração – Multa nº 5574/2017 – SMF - Valor: R\$ 308.759,77

**EMENTA**

DIREITO TRIBUTÁRIO, AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE ISSQN, LEI COMPLEMENTAR 043/97, ARTIGO 352 INCISO X, ALÍNEA “A”, RECURSO INTEMPESTIVO, PROTOCOLADO 33 DIAS APÓS A NOTIFICAÇÃO Nº 043/1997 EM SEU ART. 112, ESTABELECEU PRAZO DE 30 DIAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO AO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS, RECURSO ADMINISTRATIVO NÃO CONHECIDO, MANTIDA A DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA, QUE DECLAROU SUBSISTENTE O AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO 5574/2017, DEVENDO A AUTUADA, VERDE TRANSPORTES LTDA, RECOLHER AOS COFRES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, O VALOR DE R\$ 308.759,77 DEVENDO SER ATUALIZADO CONFORME LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em não conhecer o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, mantendo a NAI nº 5574/2017, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1.Dauto Barbosa Castro Passore; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3.Marcelo Daubian Paes de Barros; 4. Péricles Baicere Schimidt ; 5.Silvana M.R.Arruda de Miranda e 6. Deivison Roosevelt do Couto

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 19 de março de 2.019

*Helenise A.Lara de Souza Ferreira*  
Presidente em Exercício

*Nicolau Jorge Budib*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 20 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0048/2019

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **BANCO BRADESCO S/A**

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda - SMF

Recurso de Voluntário nº: 0.091264/2018-1-1 de 27/08/2018

Auto de Infração – Multa nº 1300/2017 – SMF – Valor: R\$ 95.928,02

**EMENTA**

DIREITO TRIBUTÁRIO ISSQN E PROCESSUAL CÍVEL – RECURSO EM INSTANCIA ADMINISTRATIVA –ISSQN RETIDO – CONFIRMAÇÃO PELA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL – NOTIFICAÇÃO FISCAL – AUTO DE INFRAÇÃO NAI 1300/2017 – RECORRENTE SUBSTITUTIVO TRIBUTÁRIO FALTA DE RECOLHIAMENTO

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do NAI nº 1300/2017 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa ; 2. Andre Santos Castro; 3. João Tito S Cademartori Neto ; 4. Elias Correia Pedrozo; 5 Reginaldo da Conceição Amorim e 6. Jaime Marcelino F. Junior

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 20 de março de 2.019

*João Tito S Cademartori Neto*  
Presidente Turma

*Elías Correia Pedrozo*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0049/2019

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0108290/2018 de 16/10/2018

Auto de Infração de Transporte nº 71420/2018 – SEMOB - Valor: 50 UFIRs

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO ALTERNATIVO LEI Nº 4.406/2003 – MULTA POR TRANSITAR COM PAINEL LATERAL DE ITINERÁRIO INOPERANTE/INEFICIENTE. NÃO ATENDIMENTO AS REGRAS IMPOSTAS, INFRINGÊNCIA DOS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI Nº 4.406/2003. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE FORMAL OU MATERIAL, APLICAÇÃO DA PREVALÊNCIA DA NORMA ESPECIAL SOBRE A GERAL, PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE, ENQUADRAMENTO CORRETO, RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Presunção de legitimidade do ato administrativo. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade. Recorrente não trouxe aos autos provas e nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado. Decisão de 1ª Instância ratificada, auto de infração mantido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Dauto Barbosa Castro Passore; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Silvana M.R. Arruda de Miranda; 5. Deivison Roosevelt do Couto; e 6. Roberto Carloni de Assis

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 26 de março de 2.019

*Helenise A. Lara de Souza Ferreira*  
Presidente em Exercício

*Marcelo Daubian Paes de Barros*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0050/2019

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0117.483/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71484/2018 – SEMOB – Valor: 50 UFIRs

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI Nº 4.406/2003 – MULTA POR TRANSITAR SEM PLACA DE ITINERÁRIO. NÃO ATENDIMENTO AS REGRAS IMPOSTAS, INFRINGÊNCIA DOS ARTIGO 1ª DA LEI Nº 4.406/2003. PENALIDADE APLICADA NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DO MESMO DIPLOMA LEGAL. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE FORMAL OU MATERIAL, APLICAÇÃO DA PREVALÊNCIA DA NORMA ESPECIAL SOBRE A GERAL, PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE, ENQUADRAMENTO CORRETO, RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Presunção de legitimidade do ato administrativo. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade. Recorrente não trouxe aos autos provas e nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a condutora do autuado. Decisão de 1ª Instância ratificada, auto de infração mantido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71484, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Dauto Barbosa Castro Passore; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Silvana M.R. Arruda de Miranda; 5. Deivison Roosevelt do Couto; e 6. Roberto Carloni de Assis

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 26 de março de 2.019

*Helenise A. Lara de Souza Ferreira*  
Presidente em Exercício

*Marcelo Daubian Paes de Barros*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0051/2019

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0117.489/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71487/2018 – SEMOB – Valor: 50 UFIRs

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI Nº 4.406/2003 – MULTA POR TRANSITAR SEM PLACA DE ITINERÁRIO. NÃO ATENDIMENTO AS REGRAS IMPOSTAS, INFRINGÊNCIA DOS ARTIGO 1ª DA LEI Nº 4.406/2003. PENALIDADE APLICADA NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DO MESMO DIPLOMA LEGAL. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE FORMAL OU MATERIAL, APLICAÇÃO DA PREVALÊNCIA DA NORMA ESPECIAL SOBRE A GERAL, PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE, ENQUADRAMENTO CORRETO, RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Presunção de legitimidade do ato administrativo. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade. Recorrente não trouxe aos autos provas e nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a condutora do autuado. Decisão de 1ª Instância ratificada, auto de infração mantido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Dauto Barbosa Castro Passore; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Silvana M.R. Arruda de Miranda; 5. Deivison Roosevelt do Couto; e 6. Roberto Carloni de Assis

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 26 de março de 2.019

*Helenise A. Lara de Souza Ferreira*  
Presidente em Exercício

*Marcelo Daubian Paes de Barros*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 26 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 0052/2019

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SEMOB

Recurso de Voluntário nº: 0117.482/2018 de 08/11/2018

Auto de Infração – Multa nº 71576/2018 – SEMOB – Valor: 50 UFIRs

**EMENTA**

TRANSPORTE COLETIVO E ALTERNATIVO LEI 4.406/2003 – MULTA POR TRANSITAR COM ÔNIBUS EM MÁIS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, CONSERVAÇÃO (DEFEITO DE BUZINA, LUZ DA SETA LATERAL QUEIMADA, SIRENE DE RÉ SEM FUNCIONAR). NÃO ATENDIMENTO AS REGRAS IMPOSTAS, INFRINGÊNCIA DOS ARTIGOS 52 E 56, INCISO II, COMBINADO COM ARTIGO 58 §1º E §2º DA LEI Nº 1.789/1981. RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE FORMAL OU MATERIAL, APLICAÇÃO DA PREVALÊNCIA DA NORMA ESPECIAL SOBRE A GERAL, PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE, ENQUADRAMENTO CORRETO, RECURSO CONHECIDO – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. Presunção de legitimidade do ato administrativo. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade. Recorrente não trouxe aos autos provas e nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta ao autuado. Decisão de 1ª Instância ratificada, auto de infração mantida

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da primeira Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhora Presidente em exercício Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 71576, **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Dauto Barbosa Castro Passore; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Samuel Barrem da Silva; 4. Silvana M.R. Arruda de Miranda; 5. Deivison Roosevelt do Couto; e 6. Roberto Carloni de Assis

Presente no julgamento Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 26 de março de 2.019

*Helenise A. Lara de Souza Ferreira*  
Presidente em Exercício

*Marcelo Daubian Paes de Barros*  
Conselheiro Relator

*Edilson Rosendo da Silva*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 27 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 053/2019

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMTU

Recurso Voluntário nº: 0.109.962/2018-1-1 de 13/03/2012

Auto de Infração – Multa nº 24727 - SMTU - Valor: 50 UPFs

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – MULTA EM RAZÃO DE MOTORISTA DE MICRO ÔNIBUS OMITIR SEU HORÁRIO DE VIAGEM – ARTIGO 17, I, II E XVII, DA LEI 4094/01 – RECURSO ADMINISTRATIVO – PRELIMINAR DE NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO – AFASTAMENTO – MÉRITO – INAPLICABILIDADE DA MULTA POR CERCEAMENTO DE DEFESA – INOCORRÊNCIA – RECURSO ADMINISTRATIVO. Preliminar de nulidade da notificação não conhecida em razão do procedimento ter sido perfectibilizado nos termos da Lei 5766/13. Comprovada a notificação da parte autuada, inaugura-se o prazo para contestação, afastando a tese de cerceamento de defesa. Restando comprovada a infringência à norma, deve ser mantida a multa aplicada à Recorrente.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente em exercício Benedito Oscar Fernandes de Campos, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela subsistência do Auto de Infração nº 24727 **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. André Santos Costa; 3. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; 6. Elias Correia Pedrozo

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 27 de março de 2.019

*Benedito Oscar F. de Campos*  
Presidente em Exercício

*João Tito S Cademartori Neto*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS  
RELATÓRIO DE PROCESSOS JULGADOS MARÇO/2019

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Sessão do dia 27 de março do ano 2.019

Acórdão e Ementa nº 054/2019

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **GABINETE DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE MATO-GROSSO**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso de Ofício nº: 0.009.246/2018-1-1 de 29/01/2018

Notificação Auto de Infração – Multa nº 5387/2018 - SMF- Valor: R\$ 8.106,13

**EMENTA**

DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – ISSQN – RECURSO DE OFÍCIO – SERVIÇOS OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO QUE NÃO FORAM PERFECTIBILIZADOS – IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DO IMPOSTO. RECURSO DESPROVIDO. Se o serviço, ainda que contratado, não fora concretizado, não há falar em exigibilidade do recolhimento do ISS. Recurso desprovido

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros da segunda Turma do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Presidente em exercício Benedito Oscar Fernandes de Campos, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e desprover** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, cancelando o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Benedita Madaleno da Costa; 2. André Santos Costa; 3. Benedito Oscar Fernandes de Campos; 4. Reginaldo da Conceição Amorim e 5. Jaime Marcelino F. Junior; 6. Elias Correia Pedrozo

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 27 de março de 2.019

*Benedito Oscar F. de Campos*  
Presidente em Exercício

*João Tito S Cademartori Neto*  
Conselheiro Relator

*Sônia Cristina de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



--







